

PATRICK BERTHOLDO

Wet’n Wild celebra 28 anos com sua montanha-russa inédita e reforça expansão do Distrito Turístico Serra Azul em São Paulo

O Wet’n Wild comemorou seus 28 anos no último sábado (10) com a inauguração da KOBRA, nova montanha-russa aquática que promete elevar a adrenalina dos visitantes. O Correio da Manhã foi convidado para acompanhar a apresentação da atração, que marca uma nova etapa do parque, localizado em Itupeva, às margens da Rodovia dos Bandeirantes.

Com quase 30 metros de altura, equivalentes a um prédio de nove andares, e percurso superior a 250 metros, a KOBRA é a primeira montanha-russa aquática do tipo plug-in do Brasil, segundo o empreendimento. O equipamento utiliza jatos de água potentes para impulsionar boias duplas em subidas, curvas e descidas, incluindo o RIFT, um arco pendular inédito no país, com movimentos próximos a 90 graus.

A novidade integra um ambicioso plano de expansão. O Wet’n Wild projeta R\$ 500 milhões em investimentos até 2030, incluindo um hotel próprio com cerca de 300 apartamentos. A nova atração se soma a clássicos como Meteor, Kamikaze e Vortex e ao exclusivo Lagoon Beach Club, ampliando as opções de entretenimento do complexo. O parque também se destaca no turismo corporativo por meio do White Pavilion, centro de convenções com capacidade para até 2.500 pessoas, destinado a congressos, feiras e eventos empresariais. O espaço reúne ainda o Lagoon Beach Club e a Fazenda Blue Valley. Para Alain Baldacci, CEO do parque, a “KOBRA” representa o compromisso com a inovação. “Mais do que ampliar nosso portfólio, queremos oferecer aos visitantes experiências marcantes e únicas, reforçando o compromisso do parque com o pioneirismo”, afirma.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Tratoradas de Kassio e a eleição

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e nomeado por Jair Bolsonaro para o Supremo Tribunal Federal, Kassio Nunes Marques ameaça, com suas decisões, comprometer a legitimidade da eleição presidencial.

A necessidade de o TSE coibir fake news e calúnias contra candidatos tem que respeitar critérios objetivos e não deve impedir a liberdade de crítica exercida por candidatos nem mesmo a especulação, por parte destes, de medidas que possam vir a ser tomadas caso seu oponente chegue ao poder.

No domingo, Marques chegou a derrubar não uma determinada postagem, mas todo um canal de Whatsapp, o criado pelo deputado federal André Janones (Rede-MG) para propagandar a reeleição de Lula (PT).

Não puniu uma eventual calúnia, estabeleceu uma censura prévia, algo proibido pela Constituição. Cometeu um gesto que, no limite, poderia servir de parâmetro para suspensão de veículos de imprensa. A decisão for derrubada por outro integrante da corte, o corregedor-geral eleitoral, Ricardo Villas Bôas Cueva.

Dias antes, Marques cometera outra pedalada processual ao interromper julgamentos no TSE em que a campanha de Lula obtivera maioria de votos para derrubar decisões do ministro André Mendonça, vice-presidente da corte e também indicado ao STF pelo pai de Flávio Bolsonaro.

Mendonça havia rejeitado pedidos do PT para derrubar peças de campanha em que a a campanha do PL acusava Lula de ser amigo e defensor de bandidos. Diante da derrota anunciada, Nunes Marques

UM DISTRITO DE INVESTIMENTOS BILIONÁRIOS

A inauguração ganha relevância por acontecer no Distrito Turístico Serra Azul, no entroncamento dos municípios de Itupeva, Vinhedo, Louveira e Jundiaí, entre três das regiões metropolitanas mais importantes, como Campinas, Jundiaí e a capital. Segundo dados divulgados em 2025 pelas prefeituras de Vinhedo e Louveira, o distrito recebe mais de 10 milhões de visitantes por ano. O território reúne o Outlet Premium, com mais de 140 lojas de marcas nacionais e internacionais; o Cyan Resort by Atlantica, com 220 apartamentos e estrutura completa para convenções; e o Hopi Hari, um dos maiores parques temáticos da América Latina, que também desenvolve projetos de expansão.

Instituído em 2021, durante a gestão de Vinicius Lummertz como secretário estadual de Turismo e Viagens no governo João Doria, o Distrito Turístico Serra Azul tem como amparo a Lei Estadual nº 17.374/2021 (marco legal dos distritos turísticos paulistas) e o Decreto Estadual nº 66.273/2021 (que instituiu o Distrito Serra Azul nos quatro municípios). A legislação busca atrair investimentos privados, fortalecer a infraestrutura e ampliar a segurança jurídica dos empreendedores, por meio de planejamento, governança compartilhada e possibilidade de incentivos fiscais e creditícios, sujeitos à regulamentação específica. O modelo também foi adotado em outros destinos paulistas, como Olímpia, Andradina e Santos.

A concentração de parques, hotelaria, comércio e centros de convenções, favorecida pela localização estratégica na Rodovia dos Bandeirantes, transforma o eixo São Paulo - Jundiaí - Campinas em uma alternativa extraordinária para o turismo de lazer e negócios.

Aos 28 anos, o Wet’n Wild mostra que não pretende viver apenas de suas atrações consagradas. A “KOBRA”, cuja estrutura já se destaca na paisagem da Bandeirantes, é a expressão mais recente dessa aposta na renovação e simboliza os primeiros frutos de uma estratégia que associa iniciativa privada, planejamento regional e Turismo. Mais do que reunir grandes atrações, o Distrito Turístico Serra Azul começa a demonstrar que é possível transformar a vocação de um território em uma verdadeira força econômica, capaz de atrair investimentos, gerar oportunidades de ascensão social e redesenhar o futuro de toda uma região.

pediu destaques e, assim, manteve as acusações no ar.

O vice-presidente do TSE mostrara-se mais tolerante com os argumentos da campanha do PL, chegou a citar o programa de governo de Flávio para autorizar a retirada de material do PT que acusava o adversario de planejar medidas contra programas sociais, especulações baseadas em anúncio de “tesouração” e em providências tomadas no mandato do ex-presidente.

Mendonça ignorou algo básico na atividade política, a discussão sobre ações futuras de um candidato a partir de atitudes que ele e seu grupo político tenham tomado ao longo de suas trajetórias. O ministro, vale lembrar, iniciou o processo de interferência judicial na eleição ao, pouco antes de um mês do pleito, exigir da Polícia Federal a preparação de um dossiê que, todos sabíamos desde março, iria atingir o ministro Alexandre de Moraes, alvo do ódio bolsonarista.

Não cabe à Justiça Eleitoral definir limites de verdades sujeitas a interpretações políticas, mas reprimir a disseminação de mentiras deslavadas: agiu corretamente ao mandar retirar propaganda do PT que associava o vice de Flávio, Alfredo Gaspar, de estupro de vulnerável. O pedido de investigação contra ele fora arquivado dias antes.

A ministra Estela Aranha, do TSE, também ultrapassara suas funções ao interferir nas regras do debate do Globo e, assim, beneficiar Lula, que a indicara para a corte.

Radicalizada pela Laja Jato dos hoje assumidamente políticos Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, a partidarização do Judiciário é um dos maiores entraves à democracia brasileira.

É natural e até necessário haver juízes mais progressistas ou conservadores, mas não bancadas partidárias em tribunais superiores — ainda mais na corte responsável pela organização e julgamento do processo eleitoral.

EDITORIAL

Cessar-fogo precisa de paz, não de mais guerra

A nova tentativa de estabelecer um cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia reacende a esperança de interromper um conflito que, há mais de quatro anos, provoca mortes, destruição e instabilidade internacional. Entretanto, os recentes ataques à infraestrutura energética ucraniana, mesmo após o anúncio de uma possível trégua mediada pelos Estados Unidos, revelam que a distância entre o discurso diplomático e a realidade do campo de batalha continua preocupante.

Mais do que uma pausa nas hostilidades, o mundo precisa de um acordo consistente, capaz de estabelecer compromissos verificáveis e garantir que ambas as partes respeitem as condições negociadas. Sem fiscalização internacional e garantias de segurança, qualquer cessar-fogo corre o risco de se transformar em um intervalo para reorganização militar, em vez de representar um verdadeiro caminho para a paz.

No campo político, a guerra aprofundou a rivalidade entre Rússia e países ocidentais, ampliou as tensões entre Estados Unidos e Europa e colocou em debate os limites da soberania nacional e da diplomacia internacional. A busca por uma solução exige firmeza nas negociações, mas também responsabilidade dos líderes envolvidos. A paz não pode ser imposta por conveniências eleitorais ou interesses estratégicos que desconsiderem a vontade e a segurança da população ucraniana.

Os efeitos econômicos também ultrapassam as fronteiras dos dois países. Os gastos militares pressionam os orçamentos públicos, enquanto os danos à infraestrutura, as restrições comerciais e as oscilações nos mercados de energia afetam investimentos, produção e preços. A insegurança internacional pode alimentar a inflação e comprometer o crescimento econômico, sobretudo em países mais vulneráveis. No Brasil, essas instabilidades podem repercutir nos custos de combustíveis, fertilizantes e alimentos, com reflexos no transporte, na agricultura e no orçamento das famílias.

Diante desse cenário, insistir na diplomacia não é sinal de fraqueza, mas de responsabilidade. A comunidade internacional deve apoiar negociações transparentes, cobrar o cumprimento dos compromissos e priorizar a proteção dos civis. Também será necessário planejar a reconstrução das áreas devastadas e criar condições para a recuperação econômica.

A guerra já demonstrou que a vitória militar tem um preço humano e financeiro elevado. Por isso, o sucesso de uma nova tentativa de cessar-fogo não deve ser medido apenas pela redução temporária dos bombardeios, mas pela capacidade de construir uma paz duradoura, justa e segura. Afinal, quando a diplomacia fracassa, não são apenas os governos que perdem: são principalmente os povos que pagam a conta.

OPINIÃO DO LEITOR

Crianças no poder

Sonho com crianças governando o mundo. O ar seria infinitamente mais puro. As pessoas seriam mais felizes. O amor cantaria as belezas do mundo em todas as janelas. Ruas estariam tomadas por poetas. Maldades e infâmias seriam incineradas.

Vicente Limongi Netto, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-202

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal